



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

**Rio de Janeiro, 03 de maio de 2013.**

### **Comunicação nº 091/2013**

**Inquérito nº. 141/2013**

**Requerente: Procuradoria do TJD/RJ**

**Jogo: Ceres FC X Goytacaz FC – Campeonato Estadual da  
Série B de Profissionais.**

### **Relatório:**

Trata-se de inquérito requerido pela Procuradoria para apurar a conduta ocorrida no jogo entre as equipes do Ceres FC e Goytacaz FC, na qual a equipe do Ceres FC foi considerada perdedora em face da ausência de médico no banco de reservas, pois era a mandante do jogo.

Segundo a peça exordial, fulcrada em comunicação dirigida à Presidência da FFERJ, o delegado da partida pressionou o arbitro para que não esperasse nenhum minuto após os trinta minutos regulamentares.

Ainda segundo a manifestação da Procuradoria, que transcreveu corretamente a comunicação do Ceres FC, o Sr. Paulo Meirelles se dirigiu ao árbitro informando que haviam transcorridos 17(dezessete) minutos, dando a entender que teria interesse no decurso deste prazo.

**Comunicação à FFERJ às fls. 02.**

**Requerimento de instauração de inquérito pela Procuradoria às fls. 04/07.**

**Súmula da partida às fls. 11/13, com os documentos de fls. 14/28.**

**Recebimento da peça às fls. 29 com designação deste Auditor.**



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

**Citação editalícia as fls. 31.**

**É o relatório passo a decidir.**

### **Fundamentação**

Como referido acima, a notícia que gerou o requerimento de instauração do presente inquérito sustenta que o delegado da partida, Sr. Paulo Meirelles, agiu de forma “no mínimo suspeita e com perceptível favorecimento em relação à equipe do Goytacaz” (sic fls. 05).

Afirma ainda, que ele pressionou o arbitro para observar o tempo regulamentar de 30(trinta) minutos. Relata ainda que o árbitro disse para o delegado da partida que o médico havia chegado, mas com esta informação ocorreu quando já haviam transcorridos 40 (quarenta) minutos, o Sr. Paulo Meirelles afirmou que nada se poderia fazer pois o prazo de esgotara.

O comunicante, Sr. Winstor Soares de Melo, perante este Auditor informou que não presenciou estes fatos tendo conhecimento dos mesmos por relato do atleta Leonardo, capitão da equipe do Ceres.

Por sua vez, o atleta Leonardo disse que viu o delegado “pressionando o arbitro” (sic) dizendo várias vezes quanto tempo faltava para o termino dos 30(trinta) minutos regulamentares.

O árbitro Daniel, o 4º arbitro Janderson e o delegado da partida Paulo são unânimes em afirmar que a pressão não existiu sendo certo que o atleta Jaimilson nada informou sobre esta mecânica.

Entendo que o ponto nodal da questão é saber se o árbitro agiu corretamente ou não, ou seja, se ele aplicou as normas regulamentares pertinentes à hipótese.

Todas as pessoas ouvidas, desde o comunicante até o delegado da partida são unânimes em afirmar que transcorridos os 30(trinta)



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

minutos do horário do início da partida o médico não se encontrava no local.

Como o regulamento da competição não permite interpretação extensiva principalmente no que se refere a prazos peremptórios, ilicitude seria o árbitro não aplicar a perda dos pontos pela ausência do médico, uma vez que não lhe cabe, em hipótese alguma, deixar de observar o regulamento estendendo em flagrante ilegalidade o lapso temporal previsto no regulamento da competição.

Assim, no que tange à perda dos pontos pela equipe do Ceres, nada a questionar, inexistindo qualquer prejuízo em decorrência do agir do árbitro, que, repita-se não poderia cobrar de forma diversa, sob pena de incorrer em flagrante ilicitude.

Resta aferir a conduta do delegado da partida que, segundo a inicial, extrapolou suas atribuições e imiscuir-se de forma indevida na decisão do árbitro.

É cediço que o Delegado da partida está no local exclusivamente para relatar o que aconteceu, observando a legalidade no agir dos árbitros, verificando o cumprimento de todas as normas insertas no regulamento da competição. Se o delegado da partida mencionou ao árbitro o tempo que faltava para o encerramento dos 30(trinta) minutos regulamentares, isto por si só não significa conduta reprovável, até porque lhe cabe verificar o cumprimento do regulamento.

Assim, não há que se falar em conduta irregular do Delegado quando este menciona o tempo decorrido entre o horário estabelecido para início da partida e a ausência do médico.

Inobstante o acima referido, a prova colhida é contraditória.

Nestes autos, verifico que a palavra do atleta do Ceres encontra-se isolada no complexo probatório, tendo a pessoa que estava junto ao árbitro, o Sr. Janderson, negado a fala do Delegado, o que implica dizer que o prosseguimento do debate sobre o ocorrido, resultaria em decisão inócua, vez que impossível, a meu juízo, a prova de conduta ilegal do Delegado.



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

**Não se pode admitir em sede de inquérito o prosseguimento de atividade administrativa que não irá gerar justa causa para oferecimento de denúncia por parte da douda Procuradoria.**

**Assim, não observando caracterizada qualquer infração por parte do Delegado da partida ou do árbitro, com base no § 4º do art. 82 do CBJD, encerro o presente inquérito determinando seu arquivamento face ausência de substrato fático capaz de sustentar alegação de ilícito.**

**Rio de Janeiro, 03 de maio de 2013.**

**Dilson Neves Chagas  
Auditor Processante**